

Neves, Eduardo Góes (2022). Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central. São Paulo: Ubu; Edusp.

Renato Martelli Soares

Doutorando em Antropologia Social/Universidade Federal de São Carlos

<https://orcid.org/0009-0002-1814-1816>

[martelli.soares@gmail.com](mailto:martelli.soares@gmail.com)

*Sob os tempos do equinócio* é daqueles livros que nos permite pensar a Amazônia e redimensionar, para mais, a grandeza que seu nome evoca. Em uma linguagem fluida e conceitualmente precisa, Eduardo Góes Neves nos mostra que a complexidade de organizações sociais, a diversidade ecológica e a história humana na região navegam pelas águas da floresta, a partir dos povos que habitaram e habitam-na, de outra forma do que os discursos preponderantes tendem a encarar como imensidão vazia. O que não significa que seja tão complexa e de tamanha infinidade que desagua num contexto que, de tão grande, se torna paralisante. Há sim formas de habitar a região, caçando e coletando, domesticando, tendo agricultores, hierarquizando coletivos, produzindo especializações técnicas, e estas podem e estão sendo descritas, e mais recentemente vêm considerando outras abordagens e critérios classificatórios que não levem somente em conta estruturas conceituais importadas.

Encontramos assim no livro, além do fundamentado argumento sobre a importância de pensar junto com a Amazônia neste mundo em ruínas do Antropoceno, métodos e resultados da arqueologia contemporânea na Amazônia central além de diálogos com áreas macro-etnológicas como o rio Negro, o Xingu e o litoral brasileiro tupi. Se para a prática desta ciência o autor menciona a necessidade de esperança e de ingenuidade, os resultados do livro estão certamente mais próximos da primeira. A segunda está melhor dosada por aqueles que insistem na noção de Amazônia como vazio a ser conquistado.

Apesar do título ser homônimo à tese de livre docência do autor, seu alcance suplanta o nicho acadêmico da arqueologia aliando leveza e conteúdo a um posicionamento político a favor das populações tradicionais e de seu protagonismo no território. Publicado em 2022, o livro situa-se na contracorrente do quarto ano de um governo federal que atacou deliberadamente os povos da floresta, não demarcou uma única Terra Indígena, sucateou a política indigenista e sufocou Manaus na pandemia. Passemos diretamente ao livro.

Ao iniciar e olhar o mapa da Amazônia Central, os rios Negro, Solimões e Madeira, todos confluindo para o gigante Amazonas, trazem um panorama que remete a vestígios de grandeza e diversidade. Esta área de confluência tem sua história antiga conhecida ao longo do livro e parece dialogar bem com a palavra confluência, germinada por Antônio Bispo dos Santos que diz que “Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia.” (2023, p. 15). Saber que esta área produz comida e arte a milhares de anos e que foi lar de diferentes organizações sociais, sem nunca precisar destruí-la, amplia essa história e adiciona milhares de anos ao entendimento de nosso país quinhentista.

O objeto do livro, os 8 mil anos de ocupação indígena<sup>1</sup> na Amazônia Central é analisado por uma diretriz não de pré-história, mas de história antiga. Afinal a divisão por meio da escrita, técnica que, nos lembra o autor, abarca menos de 2% do tempo em que os humanos vivem e habitam essas paragens, desconsideraria contextos demais. A abordagem, cuja contribuição à teoria e aos métodos da arqueologia é via um saber indutivo, construído de baixo para cima, se baseia na ecologia e no culturalismo histórico. O que não busca recriar objetivamente a passado “[...]território estranho ao qual jamais poderemos retornar”, como afirma o autor (2022, p. 16), e sim de considerar a arqueologia como uma ciência de fenômenos do presente tendo em sua trajetória a lição, aprendida pela maioria, de não estabelecer regras exatas das trajetórias humanas e sim de construir uma, ou mais, maneira específica de lidar com o tempo e seus ritmos.

A Amazônia Central foi considerada chave na arqueologia primeiramente pelo modelo cardíaco, elaborado nos anos 1980 por Donald Lathrap, cuja centralidade do padrão hidrográfico e as várzeas altamente produtivas levou ao debate de como esta região era ocupada, se por populações maiores ou menores, se por ondas ou numa ocupação contínua. Debate este para o qual atualmente as populações indígenas e ribeirinhas se somam a pesquisas arqueológicas recentes enriquecendo a história antiga e rompendo

---

1 “Graças aos trabalhos de Miller, Roosevelt, Magalhães, Morcote-Ríos, entre outros, sabe-se hoje que a presença humana na Amazônia remonta ao fim do Pleistoceno e início do Holoceno. Isso quer dizer que ela é tão antiga quanto em outras partes do continente americano [...]” (Neves, 2022, p. 185)

com as limitações de um dualismo fixo e mutuamente exclusivo<sup>2</sup>. Assim, conceitos como sociedades frias e sociedades quentes<sup>3</sup>, elaborados por Lévi-Strauss ([1962] 2008), funcionam pelo livro enquanto perspectivas e não julgamentos de valor ou categorização de níveis de desenvolvimento.

O primeiro capítulo, “O fazer arqueológico: materiais, métodos, práticas e conceitos”, situa duas áreas, a Amazônia Central e a área de confluência dos rios Negro, com seus sedimentos arenosos, praias, e uma baixa fertilização das águas que passaram pelos antigos terrenos do planalto das Guianas, e Solimões, barrento, com sedimentos recentes cujas cheias fertilizam as planícies chamadas de várzeas. Além dos rios como parâmetros geográficos, a área de confluência, “[...] uma espécie de microcosmo da Amazônia.” (2022, p. 29), é delimitada pelo autor a partir do transdisciplinar Projeto Amazônia Central cujos resultados são em parte explicados ao longo do livro e frutos de uma metodologia híbrida, voltada tanto à cultura como à natureza. O autor nos explica os conceitos básicos com que a arqueologia trabalha sendo que dois são destacados por sua importância, contexto e registro. Termos que também podemos considerar centrais, mesmo que a partir de abordagens diferentes, à prática etnográfica contemporânea. Nesse panorama da disciplina, com destaque para a produção na Amazônia na segunda metade do século XX<sup>4</sup>, a arqueologia da Amazônia central se mostra importante por considerar a área de encontro dos 3 maiores rios da colossal bacia Amazônica, além de reafirmar o culturalismo histórico enquanto teoria e método descartando as moribundas, mas encasteladas teorias evolucionistas e as críticas circulares pós modernas. O que leva a uma importante premissa do livro, a de que apesar da diversidade cultural das terras baixas da América do Sul ser grande, ela não é infinita. Assim, encontrar padrões e generalizações é possível e não necessariamente subestima a diversidade. Como afirmou David Graeber em seu trabalho sobre opressão e estruturas de poder, “[...] não há nada intrinsecamente opressivo no universalismo.” ([2007] 2023, p. 4). E, apesar da diversidade como princípio

---

2 O próprio Neves conduziu pesquisa em Iauaretê, médio Uaupés, noroeste Amazônico e junto com os Tariano e suas narrativas sobre a região identificou um assentamento do século XV cercado por uma vala defensiva. Esta tradição oral, junto com narrativas de grupos Yepa Mahsã é também responsável pelo reconhecimento da Cachoeira das Onças, que corre defronte a Iauaretê, como patrimônio material e imaterial do Brasil.

3 Resumidamente, as sociedades quentes fazem de seu devir histórico seu motor enquanto as frias deixam-nos relegados ao esquecimento ou a um plano não destacado. Ou, enquanto uma se representa pela história a outra encontra outras formas para tal. Importante frisar que os dois modelos não são usados para afirmar a existência ou não de história nas diferentes sociedades.

4 Não reproduzo aqui as referências bibliográficas deste panorama, mas numa mistura de culturalismo histórico com antropologia ecológica, alguns dos temas trazidos pelo autor são: cultura material e correlação de línguas, domesticação de fauna e flora; formatos de aldeias; modificações na paisagem; expansão ou redução demográfica e distribuição geográfica

arraigado na antropologia social, os trabalhos sobre organização social e cultura material são exemplos das diversas pontes que estas disciplinas podem elaborar.

O segundo capítulo, “O começo: as primeiras evidências da presença indígena”, traz as primeiras ocupações da Amazônia como foco lembrando que esta é tão antiga como em qualquer outro local da América do Sul, ao redor dos 12 mil anos atrás. Ocupação onde a alternância dos modos de vida e uma estratégia de diversificação destes faz mais sentido do que um esquema evolutivo onde caçadores e coletores viram agricultores e grupos igualitários se tornam hierárquicos. O autor passa então por sítios arqueológicos como o de “Pedra Pintada”, a jusante de Santarém, e a mais antiga terra preta amazônica registrada sendo habitada há mais de 11.000 anos atrás. O “dona Stella”, numa campinarana próxima a um igarapé que chega ao rio Negro, com uma ocupação de 6.500 anos atrás e presença de pedras lascadas bifaciais com cuidadosa confecção e acabamento de materiais que não eram da região, e sim de cerca de 200km de distância, indicando mobilidade numa região de floresta alta, com rios encachoeirados e de possíveis estadias de duração variadas. Nas palavras do autor “Quem conhece as praias do rio Negro consegue entender que seria praticamente impossível que esses lugares não fossem ao menos sazonalmente ocupados” (2022, p. 71). No alto rio Negro é comum que em janeiro, tempo de seca e praias, as comunidades estejam vazias e as praias e pedras cheias de gente, como já ouvi de uma liderança baniwa, “é o tempo das nossas férias”. Considerando esses e outros sítios, o capítulo faz assim um esboço de arqueologia comparativa para traçar esse complexo e rico quadro que temos das terras baixas na América do Sul onde Homo Sapiens Sapiens demorou a chegar, se manteve em um isolamento geográfico até o século XV e estabeleceu uma diversidade social e política característica da humanidade além de desenvolver diversas estratégias de domesticação de plantas. Domesticação que é diferente de agricultura cujas pressões, de tempo de trabalho e concentração populacional, são notórias quando esta é o exclusivo modo de produção. Aqui é importante trazer também a revolução copernicana<sup>5</sup> de Pierre Clastres, que positiva a existência de políticas ameríndias ao invés de considerar a não existência de um Estado como falta. Há algo na ausência, dizia Clastres, ou “É necessário aceitar a ideia de que a negação não significa um nada, e de que, quando o espelho não nos devolve a nossa imagem, isso não prova que não haja nada que observar.” ([1961] 2003, p. 35). Ao invés do nada, estamos na terra da alternância, da diversidade e da fartura. E uma dessas mudanças vem no início do 1º milênio de nossa era. A vida sedentária se estabelece em diferentes pontos, a antropização

5 Assim como Copérnico é responsável por demonstrar que a Terra não é o centro do sistema solar, Clastres demonstra que a política não tem seu centro, ou sua base, na concepção de Estado moderno que considera o poder como coerção, subordinação do mais fraco pelo mais forte, ou capacidade de se impor frente ao outro.

da natureza é notada por marcas evidentes, evidenciam-se tradições cerâmicas distintas. E essas mudanças marcam não só as terras baixas mas também o Brasil Central e o litoral atlântico, abrindo possibilidades comparativas.

No capítulo seguinte, “Paisagens em construção: a natureza transformada”, conhecemos as fases e suas tradições dos centros mais antigos, de cerca de 4 mil anos, de produção de cerâmica do mundo. Se o autor, com sua experiência de mais de 30 anos na área nos afirma que o quadro cronotipológico das terras baixas suscita confusão passemos aqui por datas somente como panorama e nos atentemos às características gerais e às suas relações com redes de trocas interétnicas e tipos de ocupação. Como caracterização, as cerâmicas da história antiga da Amazônia são marcantes por sua decoração elaborada, vasta paleta de cores e presença de flanges labiais. Mas sublinhadas ficam sua circulação, por vezes de mais de 1000km como a tradição Pocó-Açutuba, a ampla presença no período de maior ocupação demográfica da Amazônia Central, ao redor dos anos 1000 da atual era, sua associação com a produção de terras pretas, com o sedentarismo e a antropização constante da Amazônia. Cada um destes temas é um desenrolar arqueológico longo e se uma rede de troca entre diferentes povos nos remete a sistemas multiétnicos como o alto rio Negro ou alto Xingu, também estabelece interessantes horizontes de pesquisa como a hipótese para estabelecer a exogamia como premissa fundamentada e conhecer mais sobre seus padrões nessa região, naqueles e nestes tempos.

O capítulo 4, “Montículos, Terras Pretas e Cemitérios”, traz a validação de princípios da ecologia histórica uma vez que suas presenças tornam descabido o determinismo ambiental. As terras pretas são solos bastante estáveis, cuja construção, de acordo com Nigel Smith, é de cerca de 10 anos para resultar em um 1cm e existem na Amazônia há pelo menos 10 mil anos<sup>6</sup>, como no caso de “Pedra Pintada”. Nestes assentamentos que chegavam a serem ocupados por centenas de anos havia padrões de aldeias circulares e em forma de ferradura além de símbolos, onde não são comuns esses padrões, como no alto rio Negro, de malocas como representação do universo. A maloca rionegrina, inserida num sistema regional interétnico, de exogamia linguística e patrilinear, é onde se recria a vida humana. Ela é o mundo e representa tudo o que há nele por isso deve ser manejada por conhecedores que sabem como fazer o pensamento recriar o universo. Por isso, mesmo que retangular, toda maloca é circular em pensamento (Arhem, Cayón, Ângulo & Garcia, 2004). Sistema regional é um conceito que a arqueologia tem usado proficuamente para pensar sobre diferentes formas de organização política como tribo e cacicado, as

6 E não há falta de material conforme um estudo, que o autor coassina com mais de 200 pesquisadores, que revela que as florestas da Amazônia podem abrigar mais de 10.000 registros de antigas comunidades indígenas. Ver Peripato et al. (2023).

marcantes mudanças sociais na virada do primeiro milênio antes da era comum para o primeiro milênio nas terras baixas, atividades simbólicas e para realizar comparações entre sítios de lugares e épocas semelhantes ou diferentes. Assim, considerando essas construções amazônicas, a arqueologia aponta que a área de confluência amazônica era plenamente antropizada no primeiro milênio da era comum e que um quadro estável assim se manteve por pelo menos seis séculos numa expressão do modo de agir de sociedades frias.

No próximo capítulo, “Guerra e paz na virada do milênio”, a área de confluência passa a ter estruturas de defesas mais notórias ao mesmo tempo em que cerâmicas da fase Guarita, de tradição policroma, testemunhavam acuidade técnica e artística ao longo de toda calha do Amazonas tendo suas datas mais antigas no fim do primeiro milênio da era comum. Se estruturam padrões de habitações de expansão demográfica, mas que se antes, no início do milênio, era acompanhada de relações horizontais num sistema multiétnico, há indícios do fim da fase Paredão e a construção de paliçadas e valas em locais estratégicos para a defesa dos sítios. A expansão dos grupos, no entanto, não levou a uma centralização no sentido de que o evolucionismo relaciona a guerra com a emergência do Estado. Novamente vemos uma alternância uma vez que, apesar de expandir territorialmente grupos de tradição da cerâmica policromas, estas aldeias tardias eram menos extensas, menores, e não extinguiu-se a descentralização política que esses grupos mantiveram ora mais, ora menos, mas nunca desembarcando no mau encontro com o Estado que Clastres menciona ao analisar a obra de La Boétie.

Na conclusão, “Por uma história antiga dos povos indígenas”, Neves relembra como a maior floresta tropical do mundo foi e continua a ser considerada pelo princípio da incompletude. Seja por europeus quinhentistas, cientistas guiados pelo iluminismo ou brasileiros tomadores de decisão, a Amazônia é descrita como terra da falta. Mas o solo amazônico prova que houve e há outros caminhos uma vez que consideramos que esta matéria-prima tem passado pela gestão de suas populações por mais de 12 mil anos. E nesse tempo, não foi uma forma de se organizar politicamente, socialmente e produtivamente que se impôs. Pelo contrário, o começo e o arremate não se encerram, mas se complementam em movimentos que formaram esse território e seus povos. Os povos da Amazônia executaram uma enorme variedade de técnicas, mas nunca para engessá-las em uma forma definitiva, que fosse compulsória a todas e todos. A alternância se sobrepõe ao determinismo e principalmente, à relação causa e efeito da história ocidental e de sociedades quentes. Afinal, “Somos da circularidade: começo, meio e começo.” (Bispo dos Santos, 2023, p. 102). É esse ciclo e a diversidade de estratégias das populações

amazônicas que criaram o patrimônio histórico, ecológico, cultural e técnico que vemos via pesquisas tais como as que resultaram nesse livro. E que estão para serem conhecidos e reconhecidos pelos atores que insistem no erro de ver falta quando há fartura.

### Referências

Árhem, Kaj; Cayón, Luis; Ângulo, Gladys; Garcia, Maximiliano (2004). *Etnografia Makuna: tradiciones, relatos y saberes de la gente de agua*. Göteborg: Acta Universitatis Gothoburgensis; Bogotá: Instituto Colombiano de Antropologia e História.

Bispo dos Santos, Antônio (2023). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu; Piseagrama.

Clastres, Pierre (2003) [1969]. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify.

Graeber, David (2023) [2007]. *Opressão*. *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991), 32(2), e215737. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v32i2pe215737>

Peripato, Vinicius et al. (2023). More than 10,000 pre-Columbian earthworks are still hidden throughout Amazonia. *Science*, 382.

Recebido em 25 de março de 2024.

Aceito em 30 de abril de 2024.